



MOVIMENTO DAS MARÉS

O ano de 2020 trouxe a onda da maior pandemia da história recente, mas também outras ondas que provocarão mudanças duradoras nas relações políticas, sociais, científicas e econômicas. Confira a opinião de especialistas de quatro áreas de conhecimento acerca do futuro do novo normal. **POR CARMEN NERY**

Estamos vivenciando a segunda onda da maior pandemia da história recente do mundo, a do novo coronavírus. Enquanto essas palavras são escritas, especialistas sinalizam que, rapidamente, a ideia da onda terá que ser abandonada, pois conviveremos com o vírus ainda por algum tempo, mesmo que a vacina chegue no curto prazo. Ainda que a onda da contaminação pelo novo vírus dê sinais de que vai embora, muito das mudanças por ele causadas ainda serão sentidas para além da crise sanitária gerada pela doença. A rapidez com que a sociedade mundial foi chacoalhada pela Covid-19 trouxe outras ondas a serem sentidas nos mais diversos setores da sociedade, veremos o novo normal alterar as relações sociais, políticas, científicas e econômicas, seja

no nível macro, entre as nações, seja no micro, as famílias.

Para entender o novo movimento das marés, com as novas ondas, a *Rumos* ouviu quatro especialistas, de diferentes campos, que apontaram os possíveis caminhos de futuro deixados pela água na areia. Se iremos nos acostumar com uma normalidade intermediada pelas tecnologias de comunicação, se iremos permanecer isolados, mas mais produtivos, se iremos depositar ou não mais esperança na ciência, se seremos mais solidários, ou ainda, se trataremos melhor o planeta que nos acolhe, isso só o tempo dirá. O certo, hoje, como apontam os estudiosos ouvidos, é que essa não foi a primeira, nem será a última epidemia a ser enfrentada pela humanidade. Precisamos nos preparar!

Arquivo Pessoal



Margareth Dalcolmo

Pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). É médica pneumologista, com doutorado pela Universidade Federal de São Paulo (UFSP).

Arquivo Pessoal



Fernando Schüler

Doutor em Filosofia e Mestre em Ciências Políticas, com Pós-Doutorado pela Columbia University (EUA). É professor no Insper (SP).

Arquivo Pessoal



Paula Vedoveli

Professora da Escola de Relações Internacionais da Fundação Getulio Vargas. Possui doutorado em História pela Princeton University (EUA)

Arquivo Pessoal



Jeferson Nascimento

Doutor em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo (USP). É coordenador de Pesquisa e Incidência em Justiça Social e Econômica da Oxfam Brasil.

»



Margareth Dalcolmo

A onda da ciência

Rumos – Quais as mudanças que a crise do Coronavírus trouxe para a sociedade e a saúde pública?

Margareth Dalcolmo – Não tenho dúvidas de que essa pandemia é um fenômeno modificador de nossas vidas. Já tivemos outras epidemias, a história do homem, sobretudo no Ocidente, é marcada por epidemias ao longo dos últimos dois milênios. Cada epidemia gera um movimento posterior e que pode resultar até em coisas boas. A grande peste negra no fim do século XIV gerou o renascimento. São coisas que temos de pensar para termos um pouco de otimismo diante dessa tragédia que se abateu sobre o mundo e que revelou as enormes e obscenas desigualdades sociais, não só no Brasil, mas no resto do mundo também. A desigualdade é obscena porque, quando abrimos a cortina, o cenário que está atrás não é o que muitos queriam ver, porque passou a vida sem querer enxergar. O fato é que isso modifica, sem dúvida nenhuma, as relações entre a sociedade e a ciência.

Rumos – O que esse cenário tão dramático pode gerar de positivo ao país?

Dalcolmo – No Brasil, particularmente, o lado positivo da pandemia é que ela revelou uma enorme aproximação entre a sociedade civil e a ciência brasileira. Todos nós ficamos muito mais perto da opinião pública, que entende que o país – não exatamente as autoridades – tem prestado um bom serviço no sentido de produzir

conhecimento. O Brasil está na lista dos países que mais publicaram trabalhos científicos ao longo desse período pandêmico.

Além disso, grupos acadêmicos ligados a universidades e a própria Fiocruz produziram muito conhecimento, testes diagnósticos, estudos da virologia e do comportamento epidemiológico do vírus. Tudo isso nos aproximou e de certa forma promoveu um processo de humanização compulsória frente à sociedade civil.

Esse é um lado que considero muito positivo, apesar da perda de cérebros que o Brasil teve nos últimos anos – pessoas que foram embora por não encontrar condições adequadas de trabalho, pela falta de financiamento, e do reconhecimento da produção científica como investimento. Produzir ciência é investir no desenvolvimento e, inclusive, na justiça social.

Outro dado importante e, de certa maneira, relativamente novo é o surgimento de um novo voluntariado. A responsabilidade frente a uma doença tão epidêmica e pesada quanto a Covid-19 exigia que não apenas as autoridades comparecessem de maneira organizada e harmônica, mas também que a iniciativa privada comparecesse, e isso aconteceu. Não me lembro de ter visto isso em nenhum outro momento anterior. Espero que isso fique como uma herança da pandemia: a criação de um novo voluntariado e a iniciativa privada entendendo que pode participar ativamente não só doando, mas participando do financiamento de pesquisas, da produção de equipamentos, de testes diagnósticos, facilitando o acesso de comunidades, sobretudo as mais carentes.

Rumos – Há quem imagine que as pandemias anteriores fossem decorrentes do atraso científico e tecnológico ou da insalubridade

de de períodos como a Idade Média. O que justifica termos uma pandemia em pleno século XXI da Indústria 4.0?

Dalcolmo – Essa não será a última pandemia. O homem tem feito muito mal ao planeta. Estamos vivendo o período Antropoceno, o período em que o homem interfere na natureza e nem sempre de maneira saudável.

Temos um vírus que migra do mundo animal para o homem. Os coronavírus são originados nos morcegos, que são animais gregários, que vivem em grandes concentrações e são portadores desses vírus que utilizam um pequenino vetor, um mamífero como aconteceu na China, e migram para o ser humano porque o ambiente propiciou, como os mercados molhados, que possibilitam a proliferação de qualquer doença.

E por que digo que esta não será a última pandemia? O maior celeiro de coronavírus não está na China, mas na nossa Amazônia. Se continuarmos tratando a Amazônia tão mal como agora, é possível que tenhamos uma nova epidemia originária do Brasil. Isso é possível biologicamente. As epidemias não se dão por acaso. Estamos vivendo um antropoceno selvagem. O homem não está respeitando o planeta da maneira como ele deve ser respeitado.

Rumos – O que há de diferente entre a crise do coronavírus e outras epidemias?

Dalcolmo – Em primeiro lugar, é uma pandemia e não uma epidemia, como foram a Sars e a Mers, só para dar exemplo dos coronavírus anteriores dos últimos 20 anos. As epidemias de vírus respiratórias tendem a se extinguir porque ficam restritas a uma região, equanto a pandemia da Covid-19 praticamente atinge o mundo todo, até ilhas remotas. Há uma disseminação, pois é de fácil transmissão de uma pessoa para várias outras.

Lembrando também que, diferentemente da gripe espanhola, que chegou até nós de navio, a disseminação se dá por avião. Hoje, matematicamente, uma epidemia que começa na China pode chegar ao Brasil em menos de uma semana, porque a malha aérea é muito grande. Esse vírus não vai desaparecer de nossas vidas. Ele ficará controlado ao longo do próximo ano, as vacinas vão colaborar para isso, mas elas não são um milagre. Haverá um número de pessoas que terão contraído a doença e vão desenvolver imunidade. Vamos somar a imunidade comunitária com a imunidade conferida pelas várias vacinas. E isso vai propiciar um controle epidêmico e uma permanência controlada do vírus.

Rumos – Será viável uma vacinação em massa e universal?

Dalcolmo – O Brasil é um país complexo em que a logística de vacinação é, sem dúvida, desafiadora, porém temos experiências muito positivas por meio do Programa Nacional de Imunização, que funciona muito bem. Temos tido um protagonismo interessante no desenvolvimento das vacinas neste momento, mas não há dúvida das dificuldades de vacinar toda

Espero que isso fique como uma herança da pandemia: a iniciativa privada entendendo que pode participar ativamente não só doando, mas participando do financiamento de pesquisas, da produção de equipamentos, de testes diagnósticos, facilitando o acesso de comunidades, sobretudo as mais carentes.

uma população como a brasileira, não podemos fazer proselitismo achando que todo mundo vai ser vacinado. Não vai ser. Vamos vacinar uma parcela da população. Assim como vamos vacinar uma parcela da população mundial. Há um dado que todos precisam saber: a população mundial é de 7,8 bilhões de pessoas; somando todas as vacinas em estudo e em produção, ao longo de 2021 teremos 2 bilhões de doses. Ou seja, não chegaremos a vacinar nem um terço da população mundial.

É preciso que as pessoas saibam disso. A vacina não é uma panaceia. Por isso, esses comportamentos inconsequentes de desrespeito ao distanciamento precisam ser duramente criticados, porque há uma negação coletiva do problema achando que a vacina está chegando; é preciso saber que a vacina não vai trazer a cura nem a intercepção da pandemia.

Rumos – O que podemos esperar que será tendência na ciência? O que a crise impactou no desenvolvimento científico?

Dalcolmo – A crise impactou criando uma nova modalidade, o chamado Fast Track, isso nunca houve. A vacina mais rápida que conhecemos levou quatro anos para ser desenvolvida. Há um entendimento devido ao tamanho do problema, pela pressão da opinião pública. Mas isso não permite que nada que seja exigência ética ou científica seja passada por cima. Temos que cumprir com o máximo possível de segurança os mínimos critérios de qualidade.

Acho que o que haverá de consequência são investimentos mais robustos em relação à busca de medicamentos que sejam capazes de conter a progressão da doença, tendo em vista que até agora os testados foram ineficazes. Em segundo lugar, em relação às vacinas e, mais do que isso, investimentos em propiciar a possibilidade logística de aplicação dessas vacinas. Sem dúvida, isso vai exigir de governantes e comunidades acadêmicas um trabalho coordenado.

A ciência reconhece que essa não será a única epidemia. Haverá outras e o mundo tem de se preparar melhor para que nós não tenhamos de experimentar uma tragédia humanitária desse porte. »



Fernando Schüler

A onda do coletivo

Rumos – Como você avalia o impacto da pandemia na vida das pessoas?

Fernando Schüler – O impacto é muito grande. Primeiro, porque é um evento inusitado e inédito na vida das pessoas. Nas economias desenvolvidas e nas grandes democracias de países que viveram grandes tragédias como a Segunda Guerra Mundial, uma pandemia não seria tão dramática. Mas, para a maior parte das pessoas, é um evento extraordinário. Primeiro porque mostra a nossa fragilidade diante do indeterminado e do inesperado. Em segundo lugar, obrigou a uma reflexão sobre estilos de vida, levando as pessoas a repensarem seu cotidiano, sua relação com o trabalho e o uso do tempo. Não acredito que as pessoas vão mudar radicalmente suas vidas, as coisas voltarão ao normal; mas muita coisa será repensada.

Rumos – De que forma afetou os comportamentos?

Schüler – A pandemia também nos testou no que temos de pior e de melhor na relação com os outros. Ela trouxe o elemento do medo e a demanda por solidariedade. Isso inclui as pessoas que usam máscaras e são solidárias com pessoas que estão em situação de risco; e as que não usam e não são solidárias. E também a relação que estabelecemos com nossos vizinhos quando as pessoas estavam reclusas, e era preciso ter um certo padrão de comportamento nos condomínios, de respeito a uma certa ordem coletiva, de uso dos espaços comuns.

Tivemos de reprogramar nosso cotidiano para que todos agissem de maneira mais cooperativa. Foi testado nosso senso de pertencimento a uma coletividade, seja um condomínio, uma família, uma empresa, um bairro ou mesmo uma cidade. E isso tem a ver com ética, algo que não necessariamente está escrito em regra nenhuma. Discutiui-se muito se o Estado teria o direito de impor o isolamento social. Muitas pessoas foram abordadas por policiais nas praias ou recolhidas a uma delegacia. Mas isso foi exceção no Brasil. O controle de uma pandemia como essa exige o comportamento de autorregulação e disposição das pessoas em cooperarem. São as chamadas regras sociais não escritas, que estão ligadas diretamente à ética.

Rumos – Como se explica um postura negacionista de uma parcela da população?

Schüler – A palavra negacionismo é muito ampla. Pode haver pessoas que minimizam o risco, consideram realmente que têm uma boa saúde e, se pegarem o vírus, passarão bem pela experiência. Nessa altura, pode ter já muita gente que foi contaminada e, portanto, não está preocupada em dar exemplo ou com o fato de que pode ser, eventualmente, um agente transmissor, e aí entra a questão ética. Há uma série de perfis.

O negacionismo propriamente dito, que tem uma certa propensão ao pensamento místico e um despreço pelo dado e pela pesquisa, é mais profundo e mais grave. Especialmente quando vem de uma autoridade pública. Se um cidadão deseja ser um negacionista, é problema dele; mas quando a pessoa tem uma posição pública, não tem esse direito porque representa o interesse

coletivo. Mesmo considerando que a ciência não tem solução final. Há uma série de divergências quanto ao uso dos medicamentos ou se as escolas devem ou não abrir. Mas uma coisa é questionar, outra é desconsiderar a ciência. A melhor postura para quem tem espaço público e de comunicação é ouvir o que diz a ciência e ser prudente. Não vimos isso no Brasil. Mesmo que a ciência não nos ofereça todas as respostas, ela ainda é nosso refúgio mais seguro.

Rumos – Que lições podemos tirar dessa crise?

Schüler – Houve uma certa percepção da fragilidade da ciência. Primeiro, porque os cientistas não se entenderam. Segundo, porque viemos de uma época de grande arrogância em relação à nossa capacidade de dar conta de desafios naturais e vencer a doença. Lembro de toda a retórica da Singularity University sobre o crescimento exponencial da tecnologia e da medicina. Estávamos discutindo a expansão quase infinita da longevidade, o transumanismo. Mas, de repente, não sabíamos como lidar com um vírus de uma gripe. No fim, descobrimos que éramos tão vulneráveis como na época da gripe espanhola na segunda década do século XX. Isso é motivo de muita reflexão.

Rumos – Depois da peste negra, o mundo experimentou o Renascimento. Depois da gripe espanhola, o mundo viveu a euforia e efervescência cultural dos anos 1920. O que a pandemia do coronavírus pode trazer de positivo para a humanidade?

Schüler – Há muitas teorias sobre os impactos da pandemia. Um historiador afirmou que há um círculo de morte que pode trazer uma nova revalorização do ser humano, por diferentes razões. Mas será que precisamos que morram 800 pessoas todos os dias para que tenhamos a revalorização do humano? Eu tenho uma posição mais cética. É claro que após a gripe espanhola houve os maravilhosos anos 1920, que acabaram resultando nos pavorosos anos 1930, principalmente na Europa, com a ascensão do fascismo.

É óbvio que o fim da pandemia, com a descoberta da vacina, pode criar uma euforia. Pode surgir uma nova demanda por consumo que foi reprimida. Muita gente que reprimiu planos de viagens ou de estudos vai fazê-los. Pode, enfim, haver uma explosão positiva da atividade humana. Os aviões vão voltar a voar com mais intensidade pelo mundo; os aeroportos vão voltar a encher. O turismo e a vida cultural vão retomar as atividades. Haverá uma retomada, mas não acho que seja um grande renascimento civilizatório.

Rumos – Qual a expectativa em relação a uma segunda ou terceira onda da Covid-19? E qual será a reação da sociedade?

Schüler – A segunda onda pode ser mais perigosa. Em primeiro lugar, porque há um cansaço e porque parece que a segunda onda não seria tão séria. Além disso, o Estado não tem mais potência para um novo auxílio emergencial. A segunda

A pandemia trouxe um paradoxal incentivo ao diálogo, à prudência e eu diria até um apelo ao bom senso. O negacionismo foi o lado obscuro desse processo todo, mas ele foi rejeitado pela sociedade. Vivemos nesses últimos anos momentos de estridência na democracia, de radicalização, de polarização e de ódio. Mas, de alguma maneira, isso arrefeceu.

onda pode nos pegar de calças curtas. As pessoas não têm mais fôlego para se manterem por mais seis meses dentro de casa, sobretudo quem tem demandas e necessidades econômicas. A perspectiva de uma segunda onda é apavorante.

A boa notícia é que parece que estamos muito mais próximos de uma solução com uma vacina eficiente, que pode nos salvar a partir do início do próximo ano. Do jeito que estamos – iniciando o verão, o final do ano pela frente, praias lotadas, e um carnaval que possivelmente vai acontecer –, acho que estamos numa situação de bastante risco.

Rumos – O que a pandemia afetou no pensamento contemporâneo? As pessoas estão niilistas, querendo viver como se não houvesse amanhã?

Schüler – Pelo contrário, a pandemia trouxe um paradoxal incentivo ao diálogo, à prudência e eu diria até um apelo ao bom senso. O negacionismo foi o lado obscuro desse processo todo, mas ele foi rejeitado pela sociedade. Vivemos nesses últimos anos momentos de estridência na democracia, de radicalização, de polarização e de ódio. Mas, de alguma maneira, isso arrefeceu. O próprio processo eleitoral que vivemos agora mostrou que houve um certo declínio da polarização política e apelo à busca de soluções mais próximas do consenso, um certo apelo ao diálogo.

Rumos – Isso pode ser um reflexo do desfecho da eleição norte-americana?

Schüler – A eleição nos EUA tem um certo simbolismo. Independentemente da polarização e de preferências políticas, há lá um presidente agora mais moderado, mais atento às questões da ciência, à prudência em relação ao meio ambiente; com uma visão multilateralista e maior diálogo internacional.

São sinais que estamos percebendo. A presença da morte na vida das pessoas as torna mais humildes. O medo nos leva a uma situação mais conservadora, não no sentido político, mas de conservação. »



Paula Vedoveli

A onda da política global

Rumos – Por conta da Covid e depois dela, o que está mudando no cenário internacional?

Paula Vedoveli – A principal mudança em que devemos manter uma certa atenção é o aumento da desigualdade estrutural e crescimento da pobreza. Desde 2008 já havia um padrão de aumento da desigualdade nas principais economias do mundo, ela torna um tema de pesquisa, cada vez mais, ao longo da década de 2010, mas a pandemia do coronavírus revelou outros padrões de desigualdade estrutural. Ela tem impactado setores da sociedade de forma diferente: os que dependem de salário são afetados muito mais seriamente do que os setores que dependem de ativos, os rentistas. Ou profissionais que podem trabalhar de forma remota *versus* os das áreas assistenciais, como médicos que estão na frente da batalha.

Há também desigualdades estruturais do cenário internacional com economias de calibres diferentes. Um dos problemas a que temos de ficar atentos é o das dívidas soberanas. Já há alguns países, especialmente na África, que estão sendo atingidos de forma mais dura pelos custos econômicos da pandemia. Temos de observar também o papel da China, que tem contribuído de maneira bastante pesada para fornecer alívio a esses países devedores, via financiamento e crédito.

Rumos – Os Estados Unidos estão perdendo esse papel de liderança no apoio aos países?

Vedoveli – Durante a administração de Donald Trump, o governo norte-americano fez um esforço bastante deliberado de se retrair da área internacional, muito baseado no discurso da administração federal de que os EUA estavam pagando demais pelos custos dessa liderança, dando muito mais do que estavam recebendo. Essa retração criou espaço para a entrada da China.

Rumos – Seria possível prever como será a administração do presidente eleito, Joe Biden?

Vedoveli – Há dois elementos que ainda preocupam muito. Em primeiro lugar, a grande quantidade de votos que o Trump levou, mais de 70 milhões. Se formos avaliar os custos que a própria administração do Trump trouxe para a sociedade americana nesses últimos meses em relação ao combate à pandemia, é muito surpreendente que ele ainda tenha tido esse apoio tão grande por parte da sociedade americana.

O segundo elemento que me preocupa é que o Partido Democrata teve uma vitória e duas derrotas, porque a base do poder ainda é republicana, tanto no Congresso quanto no Senado. Isso significa que ainda que se tenha um presidente democrata, as reformas e as mudanças que o Biden vai querer implementar serão muito mais difíceis de serem aprovadas. Vai ser uma administração muito custosa politicamente, o presidente eleito vai ter que gastar muito capital político para colocar algumas pautas essenciais na agenda.

Rumos – Ao que é possível creditar a emergência de lideranças tão “politicamente incorretas”, em diversas partes do mundo, com o recrudescimento do racismo, da homofobia, da xenofobia?

Vedoveli – Podemos analisar essa onda reacionária num contexto histórico mais amplo. Ele inicia no processo de globalização mais intensa na década de 1990, com o fim da Guerra Fria, gerando perdedores e vencedores. Na maioria das economias, esse processo foi pouco regulado pelos governos. Nos EUA, os trabalhadores dos setores industriais são alguns dos principais eleitores do Trump na Pensilvânia. Esses setores, foram os perdedores da globalização.

E esse processo gerou um discurso que está pautado na dicotomia entre aqueles que favorecem a integração multilateral e os que defendem soluções unilateralistas e nacionalistas, baseadas numa crença do jogo de soma zero: se um ganha, alguém tem de perder.

Rumos – O que podemos esperar que será a tendência daqui para a frente nessa disputa?

Vedoveli – Há algumas tendências no cenário internacional em que temos de ficar de olho que serão importantes, especialmente para o Brasil. A primeira é o meio ambiente. Olhando as nomeações do Biden para as principais secretarias podemos ver que ele já sinalizou que meio ambiente será um item importante da agenda da administração dele e com o Brasil. Precisamos ver como esse fator vai influenciar as relações Brasil-EUA, como vai afetar o posicionamento dos Estados Unidos nos organismos internacionais, e se realmente o país, sob a administração do Biden, vai assumir um papel de liderança dentro desse contexto, que é de muita disputa. Há ainda discussão se há de fato mudanças climáticas e sobre quais são os custos dessas transformações causadas pelo homem no meio ambiente. Em Washington, é muito forte o lobby das principais indústrias que têm interesse em reduzir a intervenção do governo.

Rumos – O que há de similaridade entre a crise do coronavírus e outras pandemias, no plano das relações internacionais?

Vedoveli – Vou destruir ilusões. Uma das coisas que critiquei logo no início da pandemia foi a vontade de muitos analistas fazerem comparações com outras pandemias. É preciso ter cuidado com as analogias porque há mais diferenças do que semelhanças entre as diversas pandemias dos séculos XX e XXI. A principal semelhança é que a maneira como os governos responderam às pandemias foi o fator crucial na maneira como as sociedades conseguiram resistir e lidar com o impacto social, econômico e de saúde pública. A maneira como os governos reagem é crucial, inclusive em relação aos custos futuros. No caso do coronavírus, a nossa sociedade vai pagar pelos custos por muitos anos.

Rumos – E quanto às diferenças?

Vedoveli – Outras pandemias também tiveram impactos econômicos, mas nunca na dimensão da de agora. Na pandemia da gripe espanhola de 1918 e 1919, por exemplo, estávamos na

Há mais diferenças do que semelhanças entre as diversas pandemias dos séculos XX e XXI. A principal semelhança é que a maneira como os governos responderam às pandemias foi o fator crucial na maneira como as sociedades conseguiram resistir e lidar com o impacto social, econômico e de saúde pública.

Primeira Guerra Mundial, já superconectados, com movimentação de soldados entre toda a Europa. Também na gripe asiática em 1958 e na gripe de Hong Kong em 1968 havia conexão entre os países. Mas hoje, além da conectividade, há a interdependência de todas as economias com cadeias de produção globalizadas, em que os insumos podem vir de vários lugares.

Em 1918, os governos fecharam igrejas e escolas, mas nenhuma dessas pandemias teve a escala de *lockdown* e isolamento social que tivemos agora. O FMI projeta que a economia global vai reduzir 6%, devido ao impacto do novo coronavírus.

Temos de tomar cuidado com a comparação com as pandemias anteriores, não só porque os agentes são diferentes, mas também as estruturas das sociedades e da economia internacional são diferentes.

Rumos – Quais são as novas ondas nas relações internacionais? O que a crise impactou no pensamento contemporâneo e que sociedade emerge de tudo isso?

Vedoveli – Digo para meus alunos que não entendemos a riqueza literária dos anos 1920 até passarmos pela pandemia. Os anos 1920 mostram como as pessoas queriam viver a vida. Espero que isso ocorra de fato, no lado comunitário de sociedade, que consigamos esse tipo de experiência mais positiva.

Mas no lado de política internacional, a desigualdade será uma questão. Um elemento que vai emergir é: quem são os atores no âmbito internacional para lidar com a desigualdade? Será o FMI, o Banco Mundial? Eles estão aptos a fazer face aos desafios dessa nova geração?

Outro elemento que devemos observar como vai evoluir, por conta da administração Biden, são justamente as críticas ao multilateralismo que foram emergindo ao longo da década de 2010. Como será a posição da China, será que vai abraçar uma posição multilateral, ou vai criar uma outra forma de inserção alternativa? E a posição dos EUA frente a essas críticas e frente ao fortalecimento da China no cenário internacional?

E, finalmente, uma agenda que espero ser uma tendência forte é a do meio ambiente. É um tema importante para o Brasil tanto em termos da economia quanto em termos da sociedade. >>



Jeferson Nascimento

A onda social

Rumos – Qual o impacto da pandemia na desigualdade: aprofundou ou tornou mais evidente?

Jeferson Nascimento – A pandemia ajudou a escancarar a desigualdade, especialmente no Brasil. Vale a pena voltarmos um pouco no tempo. O Brasil é campeão de desigualdade em vários indicadores. Desde a Constituição de 1988 houve uma sequência contínua de queda da desigualdade. Desde o início dos anos 2000 até 2015, a variação do índice de Gini apresenta uma queda constante. Os especialistas creditam essa queda a mais investimento em políticas sociais, saúde, educação no período, valorização real do salário mínimo, com impacto em benefícios de assistência social. Tudo isso ajudou que quem ganhasse menos, ganhasse proporcionalmente mais que os extratos superiores. Essa trajetória durou até 2015, quando começou a crise econômica. De 2015 a 2019, há uma reversão desse quadro. A desigualdade começou a crescer novamente. E chegamos na pandemia neste cenário, estamos num quinto ano de aumento da desigualdade.

Rumos – Isso fez com que voltássemos ao patamar dos anos 1990?

Nascimento – Pegando a métrica Gini, auferindo renda do trabalho, em 2019 havíamos voltado ao patamar de 2012. Ainda não perdemos tudo o que conquistamos nos anos 2000, mas já regredimos cinco anos. Algo importante é que 2020 seria ainda mais catastró-

fico se não houvesse o auxílio emergencial, que evitou uma queda mais acentuada para baixo da linha da pobreza. No próximo ano, quando tivermos os dados de 2020, haverá um aumento da desigualdade, só que será atenuado devido ao auxílio emergencial.

Isso nos coloca um ponto de atenção: sem o auxílio emergencial, o cenário poderá ser de catástrofe. Em 2014, o Brasil saiu do mapa da fome da Organização das Nações Unidas (ONU), formado por países que têm 25% de sua população em situação de insegurança alimentar grave. Em 2014, caímos abaixo desses 25%, só que, em 2018, voltamos ao mapa da fome, antes da pandemia. Nesse cenário de crise econômica a partir de 2015, além de a desigualdade voltar a aumentar, tivemos no Brasil uma situação de aumento da extrema pobreza e da pobreza, inclusive levando o país a superar a marca de 25% da população em condições de fome. Tudo isso antes da pandemia; ou seja, chegamos à crise com imunidade baixa. Não estávamos com nossas defesas sociais preparadas para enfrentar o coronavírus.

Rumos – O que é preciso ser feito para reverter esse quadro agravado pela pandemia?

Nascimento – Pensando no cenário antes da pandemia, pois há quem alegue que a pandemia é um efeito excepcional, o elemento desafiador para a redução da desigualdade é o tributo. É muito difícil reverter a desigualdade, o Brasil conseguiu entre 2000 e 2015 com políticas sociais e valorização do salário mínimo. Mas a linha de pesquisa desenvolvida pelo economista francês Thomas Piketty e teóricos que adotam essa linha é focar nos picos, na extrema riqueza.

Para reduzir um pouco a desigualdade é preciso focar nesse extrato dos super-ricos, inclusive porque eles concentram muita renda. E nessa faixa houve pouca variação. No Brasil, a parcela de renda dos super-ricos continua sendo muito alta. Houve um equilíbrio maior nos 90% mais pobres, e os 10% mais ricos continuaram muito estáveis.

Num momento de crise, podemos observar que os ganhos obtidos até 2015, que foram muito curtos de investimento social, em pouquíssimo tempo foram revertidos. Todo mundo foi afetado pela crise do coronavírus. No começo da pandemia houve uma queda nas bolsas de valores do mundo todo, muitos super-ricos tiveram uma queda de patrimônio; só que hoje uma grande parte já recuperou suas perdas. Essa questão da resiliência diante de uma crise também mostra a desigualdade: quem é mais pobre demora mais a se recuperar. Quem é mais rico tem condições de reverter, diversificando o capital, aproveitando oportunidades, o que quem está na extrema pobreza não consegue.

Rumos – A pandemia atingiu diferentes estratos da sociedade, inclusive os mais ricos. Você acha que isso contribuiu para que se encontrasse mais rapidamente uma vacina?

Nascimento – Sim, com certeza, várias doenças negligenciadas como o ebola, a malária e a dengue estão longe de uma resposta tão rápida. A única forma de proteção hoje em relação ao coronavírus é o isolamento social, mas ele tem um impacto econômico, não se pode mantê-lo de forma indeterminada. Alguns países, como o Brasil, criaram medidas como o auxílio emergencial, mas isso não é sustentável no longo prazo. A vacina é a forma de garantir que as coisas voltem ao normal. O sistema capitalista não funciona se as pessoas estiverem dentro de casa.

Rumos – Quais serão as tendências daqui para a frente? Quem pode liderar os esforços para redução da desigualdade, organismos multilaterais como o FMI e o Banco Mundial?

Nascimento – Esses organismos entram um pouco no debate, mas mesmo eles têm ressaltado que estamos num momento excepcional e as soluções tradicionais não são aplicáveis. Há economistas no Brasil falando disso. O Piketty teoriza que os principais momentos em que houve variação nas rendas dos muito ricos foram em momentos de crise e de guerras. A democracia apenas não foi suficiente para mudar o patamar de desigualdade. Na Europa só houve desconcentração de renda após a Segunda Guerra, por meio de impostos que foram estabelecidos para que os super-ricos pagassem uma conta maior para a reconstrução do continente.

Muitos pensadores têm falado que estamos numa situação típica de guerra, superexcepcional, que afeta vários países do mundo. É preciso pensar em soluções excepcionais. Tem havido algumas manifestações de economistas do próprio FMI, de

Muitos pensadores têm falado que estamos numa situação típica de guerra, superexcepcional, que afeta vários países do mundo. É preciso pensar em soluções excepcionais. Tem havido algumas manifestações de economistas do próprio FMI, de que não é o momento de medidas de austeridade econômica para pôr as contas em ordem.

que não é o momento de medidas de austeridade econômica para pôr as contas em ordem – algo que o Fundo sempre defendeu. Há economistas importantes tanto do FMI quanto do Banco Mundial alertando que estamos numa crise que ocorre uma vez a cada século e a austeridade não vai resolver.

Uma das saídas é alterar o sistema tributário dos países e, seguindo a dinâmica do Piketty, aumentar a taxa dos super-ricos. Se for falar em uma tendência, penso no Estado com um papel mais acentuado. Os próprios economistas do FMI dizem que teremos de ter um patamar de dívida pública maior. E isso não é necessariamente ruim numa crise como essa. É preciso que as pessoas tenham um padrão de consumo e de renda que permita sair da crise da pandemia.

Rumos – As últimas duas crises globais – a de 2008 e a do coronavírus – colocaram em questão o modelo de Estado mínimo?

Nascimento – Sem dúvida. Parte dos efeitos do aumento da desigualdade a partir de 2015 se deve à adoção de políticas de austeridade. A partir de 2015 tivemos a emenda do teto de gastos, congelando os gastos públicos por 20 anos; a reforma trabalhista tirando direitos. Mesmo antes da pandemia, em 2019 houve uma queda do desemprego em relação a 2018, só que a queda estava relacionada ao aumento do trabalho informal. Na pandemia, os primeiros trabalhos eliminados são os informais e as pessoas ficaram sem renda. Quando não há algum tipo de proteção social, as primeiras pessoas afetadas numa crise são as que estão em situação de precariedade.

Rumos – Teremos um 2021 mais desafiador?

Nascimento – Sim, sem dúvida. Antes da pandemia, alguns especialistas falavam que o teto de gastos era inviável em 2021 se não tivesse crise nenhuma por conta de fatores como crescimento demográfico. O teto não foi feito para durar 20 anos; a grande dúvida é se duraria dez ou oito anos. Estaríamos entrando no quinto ano antes da pandemia. Com a pandemia isso é ainda mais insustentável.